

Programa de Pesquisa-Extensão em Direitos Humanos/Direitos da Criança e do Adolescente: pelas Ações de Direito

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

Este programa tem como perspectiva a garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente em São Carlos e região. Seus objetivos são: a) viabilizar mudanças de referenciais teóricos utilizados por agências/agentes na abordagem da criança/adolescente, tendo em vista a garantia do seu status constitucional de sujeito de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento; b) ampliar a capacidade de diálogo como sociedade civil e agentes públicos para a construção coletiva das políticas públicas de atendimento dos direitos da criança/adolescente. Metodologia: a) realização de atividades para a socialização do conhecimento e reflexão sobre sua repercussão na experiência cotidiana desses agentes/agências, nos locais onde atuam; b) inserção nas atividades da comunidade voltadas ao atendimento da criança/adolescente, c) análise dos conceitos e preconceitos presentes nas abordagens da criança/adolescente. Dezenove atividades realizadas com êxito e adesão variada frente aos novos referenciais de atuação com a criança/adolescente demonstram a adequação do método aos objetivos propostos e revelam desafios a serem vencidos, entre eles o abandono das posições de poder em que nos colocamos em relação ao próprio saber, para nos transformarmos em parceiros da mesma causa.

Autoras

Umaia El-Khatib - Mestre e Doutora em Saúde Pública/USP; Docente (Profa. Dra.) do Departamento de Terapia Ocupacional.

Silvana Cristine de Oliveira Bragatto - Terapeuta Ocupacional, Profa. Substituta do Departamento de Terapia Ocupacional.

Instituição

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Palavras-chave: direitos; criança; adolescente

Introdução e objetivo

O Programa foi cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos em dezembro de 1998. Iniciou-se pela identificação de uma demanda da comunidade relativa ao atendimento de crianças e adolescentes em situação “de/na rua”, cresceu pela incorporação de necessidades detectadas ao longo da nossa participação junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos, relativas ao diagnóstico da situação das crianças e adolescentes do Município e se constitui hoje de um conjunto de ações destinadas à defesa e à garantia da universalização e equidade no acesso ao exercício desses direitos no Município de São Carlos e Região.

A garantia desses direitos se define nos artigos do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e se constrói pela Política de Atendimento (arts. 86 a 97) através de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Município e Distrito Federal, de parcerias do poder público, entidades não governamentais e sociedade civil.

Suas linhas de ação se definem entre outras pelas políticas sociais básicas (saúde e educação) e pela assistência social em caráter suplementar, assim como pela ação dos

Conselhos de Direitos e Tutelares. São Carlos, assim como outros municípios, padece a falta da garantia da universalização desses direitos, mas caminha no esforço da mudança dessa dura realidade.

A Universidade, no seu papel social está comprometida com a busca de alternativas, razão pela qual esse Programa não apenas vem atuando na produção de metodologias adequadas ao necessário diagnóstico da situação dessas crianças e adolescentes, como vem se colocando no papel de proponente de ações baseadas na mudança de paradigma, no abandono das antigas concepções de criança e adolescente em que são vistos como “infratores”, “menores”, “em situação irregular”, ou mesmo “em situação de risco pessoal e social”, como condição necessária para o enfrentamento das perversas desigualdades sociais a que estão submetidas nossas crianças e adolescentes, impedindo-lhes o acesso ao exercício de seus direitos.

A convergência de dados recentes de pesquisa sobre o problema do atendimento dos direitos da criança e do adolescente (EL-KHATIB, 2001) com as constatações decorrentes de nossa atuação junto à comunidade, nos últimos 8 anos, mostra a pertinência da proposição dessas ações. Atua-se na perspectiva da construção coletiva de ações inovadoras que produzam impacto sobre as condições de acesso da criança e do adolescente ao exercício de seus direitos.

Objetiva-se a aplicação do conhecimento na produção de instrumentais que: a) viabilizem a mudança dos referenciais teóricos utilizados por agências e agentes de intervenção, na abordagem da criança e do adolescente, tendo em vista a garantia do seu status constitucional de sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (ECA/BRASIL, 1990); b) ampliem nossa capacidade de diálogo enquanto sociedade civil, agentes públicos e organizações não governamentais para a construção coletiva de políticas públicas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, capazes de produzir impacto sobre as oportunidades cotidianamente vividas por nossas crianças e adolescentes; c) promovam a discussão das ações dos Conselhos de Direitos e Tutelares em relação à Política de Atendimento dos direitos da criança e do adolescente, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Metodologia

O eixo central de investigação é a criança e o adolescente e a situação tida como “de risco pessoal e social”. Os estudos partem da realidade brasileira, convergindo para a realidade das crianças e adolescentes do Município de São Carlos onde nossa atuação se centra. A intervenção está voltada aos agentes e agências que atuam com os direitos da criança e do adolescente (saúde, educação e demais direitos; medidas protetivas e sócio-educativas).

Trata-se de pesquisa integrada com extensão, que segue três eixos metodológicos: um, da oferta de condições na universidade ou na comunidade, para a socialização do conhecimento produzido no âmbito acadêmico, assim como para a reflexão em torno da repercussão desse conhecimento na experiência cotidianamente vivida por esses agentes dentro das agências onde atuam; outro, o da inserção da universidade nas atividades da comunidade voltadas ao atendimento da criança e do adolescente, tendo em vista a construção do diálogo, que possibilite a proposição coletiva de novas políticas públicas para a infância e juventude, por meio de parcerias e trabalhos intersetoriais: universidade, conselhos, poderes públicos, e ONGs, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). E um último essencial, que diz respeito à reflexão acerca dos conceitos e preconceitos presentes nas abordagens da criança e do adolescente, pelos agentes e agências de intervenção.

Resultados e discussão

Entre os resultados mais relevantes estão a Organização e Realização de atividades reunindo participantes do setor público, ligado a diferentes serviços e setores de atenção direta e indireta à criança e ao adolescente, assim como participantes do setor acadêmico. Foram 4 cursos de extensão (formação/capacitação de agentes de intervenção): Criança, adolescente: Estatuto, Conselhos e a Situação de Risco Pessoal e Social (em 1999; com 12 horas); Criança e adolescente “em situação de risco pessoal e social” (dentro do I Curso de Direitos Humanos da Universidade Federal de São Carlos; em 2000; com 60 horas); Direitos da Criança e do Adolescente (dentro do III Curso de Direitos Humanos da Universidade Federal de São Carlos; em 2001; com 60 horas) e O olhar sobre a criança e o adolescente. Perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (em 2002; com 8 horas) para candidatos a Conselheiro Tutelar em Analândia; 3 eventos na área de DH/DCA (2 regionais e 2 locais): Audiência Pública de apresentação e debate com o Município de São Carlos, dos resultados da pesquisa “Caracterização e diagnóstico das condições do Abrigo Infantil de São Carlos” (Almeida, M.M. e El-Khatib, U.; 1998); I Fórum Regional do adolescente em situação de risco pessoal e social, em especial de conflito com a lei (1998); Audiência Pública de apresentação e debate com o Município de São Carlos e Região, dos resultados da pesquisa “Criança e Adolescente em situação de risco pessoal e social: que problema é esse? (El-Khatib, U.; 2002); Mesa Redonda “A Situação da Criança e do Adolescente no Município de São Carlos” dentro do Evento “Paz e Infância: Um presente para o Futuro” promovido pela Proex da UFSCar (1999); 1 levantamento de serviços de atendimento à crianças e adolescentes: Levantamento, mapeamento e caracterização: equipamentos, serviços, programas e entidades do Município de São Carlos destinados ao atendimento dos direitos de crianças e adolescentes (1º realizado em 1998; 2º em andamento); 5 encaminhamentos de Proposições para LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de São Carlos, formuladas com base no diagnóstico de oferta/ não oferta/ e oferta irregular de programas de atenção à criança e ao adolescente, pelo poder público municipal (LDO 1999; 2000; 2001; 2002; 2003); 4 trabalhos de Assessorias: 2 ao Conselho Tutelar de São Carlos (1999; 2002), 1 ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Analândia (2002) e 1 ao Conselho Tutelar de Analândia (2003); 1 folder Os direitos da criança e do adolescente – material instrucional para *discutir* com a comunidade o acesso à justiça e ao exercício desses direitos; elaborado em novembro de 2001 (produto da nossa participação no III Curso de Extensão em Direitos Humanos da UFSCar); distribuído em dezembro de 2001, 2002, 2003 e 2004.

Merecem destaque nesse conjunto de ações do Programa, os cursos oferecidos, uma vez que sua procura tem sido expressiva e os seus resultados mostram o esperado alcance regional e multiprofissional. Além de São Carlos, contamos com participantes de Barretos, Araras, Campinas, Luiz Antonio, Ribeirão Preto, Araraquara, Rio Claro e Analândia. No total dos três primeiros cursos oferecidos tivemos a participação de 18 diferentes categorias profissionais, além de alunos de diferentes cursos de graduação.

A diversidade de formação, de experiências e de procedência do público, associada à prática adotada pelo Programa “discussão aberta e democrática, a partir do saber de cada um, para a construção de um saber coletivo” tem respondido, em grande parte, pela qualidade dos resultados alcançados nesses cursos. Mas é a condição presente no público participante o que tem sido fundamental para o sucesso do curso: a adesão ao convite para refletir e a disponibilidade pessoal dos participantes, para ao refletir sobre as ações, olhar para si voltando-se para sua própria relação com as crianças e adolescentes. Aqueles que aderem a essa proposta e concluem o curso, saem modificados, sensibilizados e instrumentalizados para mover-se em busca de novas práticas, orientados por uma nova concepção de criança e adolescente, sujeito de direitos e portanto, de desejos e escolhas próprias.

Todas as ações até aqui apresentadas estão direcionadas pelo primeiro eixo metodológico do Programa, que é o da oferta de condições na universidade e na comunidade, para a socialização do conhecimento assim como para a reflexão em torno da repercussão desse conhecimento na experiência cotidianamente vivida por esses agentes dentro das agências onde atuam.

Quanto à inserção dos autores desse trabalho, nas atividades da comunidade, segundo eixo metodológico desse Programa de extensão a Universidade aprendendo com a comunidade, o Programa tem sido chamado para a realização de palestras, entrevistas e participações em mesas-redondas, conseguindo gradativa aceitação de setores não acadêmicos para atuar como colaborador na organização de eventos não acadêmicos, possibilitando a interação de diferentes tipos de conhecimentos. Os quadros 1, 2, 3 e 4 a seguir apresentam essas realizações.

Quadro 1 - Inserção e Participação do Programa em Eventos de natureza não acadêmica, voltados à defesa dos direitos da criança e do adolescente: Palestras.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar. Capacitação para os candidatos inscritos para o processo de seleção para conselheiros tutelares para o triênio 2003/2006. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos, São Carlos; 07 e 08/11/2003
Criança e Adolescente, sujeitos titulares de direitos: novas possibilidades de relacionamento. Câmara Municipal de São Carlos. São Carlos; 31/10/2003.
Pacto pela paz, um objetivo possível. V Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Araras. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Araras; Araras, 02/08/2003.
Gravidez na Adolescência. Conselho Tutelar de Luiz Antonio; Luiz Antonio, 27/10/1999.

Quadro 2 - Inserção e Participação do Programa em Eventos de natureza não acadêmica, voltados à defesa dos direitos da criança e do adolescente. Comissões Organizadoras.

III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos “Pacto pela paz, uma construção possível”. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de S.Carlos e Prefeitura Municipal de São Carlos. São Carlos, 25/07/2003.
Curso de Capacitação “Por uma política de enfrentamento contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”. Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de S.Carlos, Pacto São Paulo e Prefeitura Municipal de São Carlos. São Carlos, novembro/2002.
I Seminário Pacto São Paulo da 13a. Região Administrativa do Estado de São Paulo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de S.Carlos, Pacto São Paulo e Prefeitura Municipal de São Carlos. São Carlos, outubro/2002.
Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Carlos. São Carlos. Fevereiro/1998 a setembro/1999.
Conferência Micro-Regional de Saúde Mental de São Carlos. Coordenação do Grupo de discussão da Política de Atenção à Criança e ao Adolescente. Prefeitura Municipal de São Carlos; 17/08/2001; São Carlos.

Quadro 3 - Inserção e Participação do Programa em Eventos de natureza não acadêmica, voltados à defesa dos direitos da criança e do adolescente. Mesas-Redondas.

Experiências na Promoção da Saúde do Adolescente: como acolher o adolecer. Fórum de debates sobre Saúde do Adolescente: criando possibilidades de acolher o adolecer. Senac. São Carlos. 31/08/2001.
--

Criança, adolescente, violência e mídia. II Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos. (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de S.Carlos e Prefeitura Municipal de São Carlos) São Carlos, 30/07/2001.

Quadro 4 - Participação do Programa em Matérias de natureza não acadêmica voltadas à defesa dos direitos da criança e do adolescente: Entrevistas.

Como é que você olha para uma criança de rua? Entrevista ao Jornal Primeira Página, publicada pela Jornalista Mariana Ignatios, em 12/10/2003, p.A9.

Sobre a situação da criança e do adolescente, o ato infracional de adolescente e a natureza das relações adulto-criança-adolescente. Entrevista à Rádio Realidade de São Carlos, Programa Alerta Geral, São Carlos, 11/10/2003.

Sobre as possibilidades de formação dos patrulheiros na UFSCar. Entrevista ao Camp Marino da Costa Terra, publicada na edição comemorativa dos 40 anos do CAMP, de 02/04/2002, com o título “UFSCar é a maior parceira com quase 70 patrulheiros.”

Outras iniciativas, como a “Participação e o acompanhamento das ações do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de São Carlos” (gestão 1995-1997; gestão 1997-99; gestão 2001 a 2003; e atual gestão 2003-2005, em curso), o “Acompanhamento das ações do Conselho Tutelar do Município de São Carlos (1º: 1995-1999; 2º: início em 2001) e a “Participação em Comissões Municipais de trabalho (Comissão de Políticas Públicas; Comissão de Liberdade Assistida) têm permitido ampliar o espaço de ação do Programa, possibilitando não apenas a divulgação e troca de conhecimento, como a percepção direta de parte do impacto produzido nos participantes e representantes membros desses Conselhos e Comissões. As proposições debatidas no âmbito desses Conselhos começam a mesclar posições herdadas do Código de Menores (BRASIL, 1979) com as novas posturas propostas pelo ECA (BRASIL, 1990).

É nítida a dificuldade para chegar a consensos, não só pelas divergências conceituais, mas pelas mazelas do personalismo e da vaidade humana; a despeito disso, constata-se que tem persistido o esforço de caminhar por propostas que atendam às necessidades da população de crianças e adolescentes do nosso Município.

Os cursos e fóruns que realizamos, por sua vez, têm constituído espaços privilegiados para a discussão e reflexão acerca das concepções (conceitos e preconceitos) presentes nas abordagens da criança e do adolescente, principalmente no que se refere à compreensão daquelas tidas como “em situação de risco pessoal e social”, o que parece estar mobilizando a busca de novos referenciais.

Arelado a todas essas atividades, um grande esforço vem sendo empreendido no sentido de garantir a discussão desse conhecimento no âmbito acadêmico e das reuniões científicas, de modo a cotejá-lo com as demais produções de pesquisa na área do direito da criança e do adolescente. Um importante passo foi dado graças ao Programa, quando fizemos o Cadastro de Grupo de Pesquisa “Diferença e Preconceito: os direitos da criança e do adolescente e a situação de risco pessoal e social” no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq _ Plataforma Lattes, em 26 de junho de 2002. O Quadro 5 e 6 abaixo mostram a produção acadêmica do grupo, relacionada às atividades do Programa e a nossa participação em congressos com os trabalhos apresentados.

Quadro 5 – Produção Acadêmica do Programa de Direitos Humanos-Direitos da Criança e do Adolescente / Grupo de Pesquisa Diferença e Preconceito: os direitos da criança e do adolescente e a situação de risco pessoal e social. Publicação Científica.

El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Pesquisa-Extensão em Direitos Humanos/Direitos da Criança e do Adolescente In: III Conferência Regional Latino-Americana de Promoção de Saúde e Educação para a Saúde, 2002, São Paulo. Anais da III Conferência Regional Latino-Americana de Promoção da Saúde e Educação para a Saúde, 2002 (publicação em meio eletrônico – Resumos: Sub-tema 5: Programas e Projetos Multi-setoriais e multidisciplinares).
El-Khatib, U. Sobre as crianças e adolescentes em situação de/na rua... Resumos do II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. De preto a afro-descendente: a pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos; 2002. p. 3
El-Khatib, U. Os direitos da criança e do adolescente e a situação de risco pessoal e social, in Caminhos da cidadania: um percurso universitário em prol dos direitos humanos. Norma Felicidade (org.), São Carlos, EdUFSCar, 2001, cap. VI, p.89-104.
Bragatto, S.C.O. O Processo da Adolescência é realmente um problema? Anais do VII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional; Porto Alegre; 2001, p.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. O Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas de intervenção da Terapia Ocupacional com criança e adolescente “ em situação de risco pessoal e social”. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar; São Carlos, 2000, v.8, n.1, p. 57-60.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. O Estatuto da Criança e do Adolescente: discutindo as perspectivas de intervenção da Terapia Ocupacional com criança e adolescente “em situação de risco pessoal e social”. Programa e Resumos do VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Lindóia, 1999, p. 40.
Almeida, M. M. e El-Khatib, U. Caracterização e diagnóstico das condições do abrigo infantil de São Carlos. Programa e Resumos do VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Lindóia, 1999, p. 57.
El-Khatib, U. A diferença do que eu desejo para os menores e para os meus filhos. Jornal Primeira Página, São Carlos, 12/10/2003, p.A9.

Quadro 6 – Produção Acadêmica do Programa de Direitos Humanos-Direitos da Criança e do Adolescente: Apresentação de trabalhos em Congressos.

El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Diferença e Preconceito: os direitos da criança e do adolescente e a situação de risco pessoal e social. (Pôster) I Workshop dos Grupos de Pesquisa da UFSCar, São Carlos; 03/09/2003.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Cursos de Extensão: os direitos da criança e do adolescente, a legislação _ECA, o Conselho Municipal de Direitos e a Situação de risco pessoal e social. (Pôster) IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, São Carlos; 01 a 05/09/2003.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Confecção e distribuição de material instrucional sobre os direitos da criança e do adolescente. (Pôster) IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, São Carlos; 01 a 05/09/2003.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Participação e ação no Conselho Municipal de Direitos da criança e do adolescente de São Carlos. (Pôster) IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, São Carlos; 01 a 05/09/2003.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Proposições para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de São Carlos. (Pôster) IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, São Carlos; 01 a 05/09/2003.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Programa de Pesquisa-Extensão em Direitos Humanos/Direitos da Criança e do Adolescente (DH/DCA). (Pôster) IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, São Carlos; 01 a 05/09/2003.

El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Assessorando Conselheiros Tutelares (CT) para o enfrentamento das dificuldades encontradas no seu cotidiano - São Carlos e Região. (Pôster) IV Encontro de Extensão da UFSCar: compromisso social e conhecimento, São Carlos; 01 a 05/09/2003.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. Pesquisa-Extensão em Direitos Humanos/Direitos da Criança e do Adolescente. (Pôster) III Conferência Regional Latino-Americana de Promoção de Saúde e Educação para a Saúde, 11/11/2002, São Paulo.
El-Khatib, U. Sobre as crianças e adolescentes em situação de/na rua... (Apresentação Oral) II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. De preto a afro-descendente: a pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos. 25 a 29/08/2002.
Valêncio N.; Faisting, A.; Cardoso, M.; Silvério, V.; Silva, P. B. G.; Palhares, M.; Martinez, C.; Rocha, H.; Lopes, R.; Hann M.; El-Khatib, U.; Bragatto, S. C. O.; Silva, S. F. L.; Leme, A.; Constante, R.; Alves Filho, F.; Eid, F.; Oishi, J.; Damaso, A.; Akashi, L.; Dakuzaku, R.; Matos, S.; Nordi, N.; Pavarani, S.; Pedrazzani, E.; Williams, L.; Barco, M. A. Curso de Extensão em Direitos Humanos. (Pôster) III Encontro de Extensão da UFSCar: A Interação entre Universidade e Sociedade; 27 e 28 de outubro/2001, São Carlos.
Bragatto, S.C.O. O Processo da Adolescência é realmente um problema? (Apresentação Oral) VII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional – 05 de outubro de 2001, Porto Alegre.
El-Khatib, U. e Bragatto, S.C.O. O Estatuto da Criança e do Adolescente; discutindo as perspectivas de intervenção da Terapia Ocupacional com criança e adolescente ‘em situação de risco pessoal e social’. (Apresentação Oral) VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Lindóia, 01/10/1999.
Almeida, M. M.; El-Khatib, U. Caracterização e diagnóstico das condições do Abrigo Infantil de São Carlos. (Pôster) VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Lindóia, 28/09 a 01/10/1999.

Conclusões:

O acompanhamento dos debates e problemas tratados no Conselho Municipal de Direitos de São Carlos e no desenvolvimento dos cursos e eventos realizados com a comunidade, tais como o da falta de políticas e alternativas de intervenção e combate à exploração sexual, à violência física e sexual, à exploração no trabalho, à exploração pelo tráfico de drogas e para a prática de crimes, assim como o acompanhamento das ações do Conselho Tutelar, relativamente ao tipo e número de casos com que se tem deparado, somados aos pedidos de assessoria e orientação que temos recebido enquanto pesquisadores da área, nos deixa claro que esse tipo de Programa, embora dimensionalmente pequeno em relação à problemática, pode influir significativamente sobre a capacidade de nos articularmos e posicionarmos-nos enquanto (uma única) sociedade civil, na medida em que priorizemos o acesso ao exercício de iguais direitos, para todas as nossas crianças e adolescentes, em detrimento de nossas diferenças e territórios de domínio individuais ou profissionais.

Os resultados mostram a adequação do método empregado aos objetivos do Programa. Contudo, se de um lado tem se logrado a instrumentalização dos agentes de intervenção e a facilitação do diálogo entre a academia e os serviços, de outro, alguns desafios hão que ser vencidos a longo prazo; a possibilidade de propor ações conjuntas passa necessariamente pelo abandono das posições de poder de que ambos tendem a se valer, um e outro desses possíveis parceiros, em relação ao seu próprio saber; depende do reconhecimento mútuo do saber do outro e da eliminação de preconceitos de um em relação ao outro. A construção do acesso aos direitos da criança e do adolescente passa necessariamente pelo esforço individual e coletivo

de alcançar um novo olhar sobre a criança e o adolescente, e isso começa na ação de olhar para o outro, como olhamos para nós mesmos. Ou de atribuir ao outro o mesmo valor e importância que a nós mesmos atribuímos, colocando-nos de igual para igual. Ou de compreender que tanto quanto se está para ensinar, se precisa estar para aprender, pois a resposta não está pronta.

Há que ser construída a muitas mãos. Há um caminho traçado. Ou melhor, o começo de um longo caminho que nossas ações vem buscando. Nele reside nossa esperança, de que ações conjuntas, coletivamente construídas, podem produzir as respostas que procuramos para nossas crianças e adolescentes.

Referências bibliográficas:

BRASIL. [ECA] **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal n. 8069 de 13 de julho de 1990. São Carlos: UFSCar/CMDCA de São Carlos; 1993.

EL-KHATIB, U. **Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: que problema é esse?** São Paulo; 2001. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. **Código de Menores** - Lei n. 6697 de 10 de outubro de 1979. (Lex 1979, 63, p.786-803). São Paulo: Lex Edit.; 1979.